



## **Anexo II – Declaração de Habilitação**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1. António José da Silva Coutinho, portador do cartão de cidadão n.º. 08419828, com domicílio profissional na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 46, 5º, 1050-045 Lisboa, na qualidade de representante legal da sociedade comercial **EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.**, matriculada na 1.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de pessoa coletiva 503504564, com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12, 1249-300 Lisboa, adjudicatária no procedimento por Ajuste Direto adotado para a celebração do contrato de **Ajuste Direto relativo ao “Fornecimento de eletricidade em Instalações de Baixa Tensão Normal (BTN) e em Média Tensão (MT), ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela CIMAL”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao



- pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 4 de julho de 2016

---

António José da Silva Coutinho  
Administrador